

Tal Pai, Tal Filho? Decisões Coletivas Tendo em Conta Relações Familiares

Autoria: Ariádne Scalfoni Rigo, Ives Romero Tavares do Nascimento, Pamela de Medeiros Brandão

Agradecimentos à FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – pelo apoio financeiro para coleta de dados.

Resumo

O caso visa promover a reflexão sobre outro agir econômico e modelos de gestão alternativos baseados nas relações de proximidade. Apresenta uma situação vivida por um Banco Comunitário de Desenvolvimento, no tocante a uma solicitação de crédito do Francisco. Com intuito de proteger seu filho Pedro, Francisco cria um dilema que Marta, agente de crédito do BCD, busca resolver junto ao Comitê de Análise de Crédito, uma estrutura de decisão coletiva baseada em relações de vizinhança. O caso permite discutir a influência das relações comunitárias nas finanças solidárias; nas estruturas de gestão coletivas e na dinâmica dos BCDs.

Palavras-chave: Microfinanças, Finanças solidárias; Banco Comunitário de Desenvolvimento.

1. Contextualizando o caso: as microfinanças e suas principais preocupações

As instituições no campo das microfinanças tem assumido, nas últimas décadas, considerável responsabilidade. Muitos estudos mostram que as microfinanças tem potencial no que se refere ao enfrentamento da pobreza em diversos países ao redor do mundo, notadamente em países em desenvolvimento. Seriam mais de 100 milhões de clientes ao redor do mundo tomam emprestado pequenas somas provenientes de cerca de 10 mil instituições (Ahlin, Lin e Maio, 2011). A ideia, de modo geral, é oferecer serviços e produtos financeiros em condições diferenciadas (baixas taxas de juros e administrativas) a população de baixa renda e aos mais pobres. O principal produto oferecido é o microcrédito, ou seja, crédito de pequena monta para alavancar ou apoiar pequenos negócios locais e/ou o consumo. São comumente denominados crédito produtivo e crédito para consumo, respectivamente.

Apesar da diversificação e da ampliação do número de instituições no campo das microfinanças dois grandes desafios se colocam e são comuns a maioria delas. Primeiro, alcançar efetivamente a população mais pobre; e, segundo, se tornarem autossustentáveis (Hastarska e Holtmann, 2006, p.147). Estas questões colocam em xeque a efetividade das instituições dentro do campo: a microfinança é mesmo uma estratégia viável para amenizar a pobreza?

No Brasil, as políticas brasileiras de microcrédito e os programas delas advindos vêm envolvendo uma diversidade de atores públicos, privados e organizações da sociedade civil que se inserem no campo das microfinanças. No entanto, o acesso ao crédito ainda representa uma realidade distante para as pessoas mais pobres, pois o sistema tradicional de oferta de crédito e as exigências para obtê-lo as colocam à margem do sistema bancário. Isso porque esse mesmo sistema tem como principal exigência uma garantia real (remuneração mínima, bens, e outras questões formais e documentais) para a concessão do almejado empréstimo. E, obviamente, as pessoas e famílias mais pobres não conseguem satisfazê-la e cumprir os requisitos para obtenção do crédito.

No entanto, paralelamente ao tradicionalismo do crédito no país, um subcampo vem se constituindo com diversificadas formas organizacionais que visam democratizar o acesso aos serviços financeiros: as denominadas finanças solidárias. A principal diferença entre as finanças tradicionais e as microfinanças se relaciona com o interesse de quem executa a concessão do empréstimo. As instituições que atuam no campo das microfinanças, buscando sustentabilidade, objetivam obter o lucro calculado no horizonte de empréstimos, com retornos sempre bastante lucrativos. Por exemplo, linhas de créditos vinculadas aos bancos de desenvolvimento, como caso do Banco do Nordeste (BNB) e mesmo em bancos tradicionais fazem parte deste campo. Notam-se também organizações microfinanceiras, que oferecem crédito fácil para aposentados e pensionistas. As finanças solidárias começam a “dar uma nova roupagem” ao processo de concessão de crédito. Geralmente a concretização dos empréstimos se dá com base nas garantias solidárias que o solicitante do crédito possui, e não naquelas materiais e burocráticas tradicionalmente requeridas.

As finanças solidárias buscam ressaltar e valorizar a importância das relações sociais que naturalmente são estabelecidas em diferentes contextos sociais através de sua utilização como requisito-mor para o aceite do pedido do empréstimo. Isso quer dizer que a condição mais exigível para a liberação do crédito é a “boa conduta” do pretendo credor, formada pela malha de relações sociais que ele estabelece em sua comunidade. A mudança paradigmática acontece, então, quando se releva os fatores sociais em detrimento dos econômico-financeiros.

Um novo campo (ou subcampo) não significa, necessariamente, novas questões. Os desafios relativos ao efetivo alcance dos mais pobres e o da sustentabilidade permanecem. Como as finanças solidárias se viabilizam? Uma das respostas têm sido os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), prática inovadora voltada para a inclusão econômica e financeira em territórios empobrecidos. A metodologia de concessão de crédito nos BCDs se dá no âmbito de uma estrutura coletiva de gestão chamada Comitê de Análise de Crédito (CAC), do qual participam tanto as agentes de crédito que conhecem a situação do BCD quanto as lideranças locais respeitadas pela comunidade.

1.1 A constituição de um BCD e a atuação do Comitê de Análise de Crédito

Os BCDs se diferem sobremaneira das práticas de microcrédito convencionais principalmente por três razões: por estarem dentro dos territórios empobrecidos a que servem; por adotarem estruturas de gestão participativas compostas por membros da comunidade; e por surgirem de demandas do próprio território. Estas características permitem percebê-los como um mecanismo mais efetivo de inclusão financeira para as pessoas mais pobres por se apoiarem nas relações sociais do território e se basearem em valores como solidariedade e confiança que permeiam as operações financeiras reguladas comunitariamente.

No processo de constituição de um BCD três tipos de organizações são importantes. A primeira e a mais importante é a organização comunitária que, formal ou não, deseja melhorar ou transformar a vida das pessoas na comunidade. Segundo, uma organização com a função de suporte metodológico, ou seja, uma entidade de apoio e fomento que, junto com a comunidade e com a organização comunitária planeja e executa o processo de constituição. Esse processo pode envolver parcerias com uma série de outras organizações, indivíduos ou

grupos e, inclusive, o terceiro importante tipo de organização: a financiadora. Esta última, pode ser pública, privada ou do terceiro setor. Sendo assim, todo o processo de constituição de um BCD pode envolver um emaranhado de relações de parcerias, formais ou informais, que envolvam ou não o aporte de recursos financeiros.

Em síntese, o processo de constituição de um BCD se caracteriza por uma série de capacitações voltadas para as especificidades do seu funcionamento e gestão bem como aquelas sobre assuntos relacionados à cidadania, economia solidária, terceiro setor, meio ambiente etc.

Como dito anteriormente, no BCD, a gestão coletiva dos recursos e das atividades o diferencia das demais instituições do campo das microfinanças. Esta ‘marca’ parece importante em dois principais momentos: durante a implementação do BCD e, obviamente, durante o seu desenvolvimento. No primeiro momento, é importante a manifestação coletiva do interesse e a constituição de espaços institucionalizados nos quais as opiniões se manifestam e as decisões são tomadas. Tipicamente, são constituídos dois espaços apropriados à gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise de Crédito (C.A.C). As composições e representações nestes dois espaços são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de constituição do BCD. O Conselho Gestor diz respeito às assembleias de ordem mais geral, nas quais participam lideranças comunitárias e representantes de organizações locais, além de instituições públicas e outras parceiras do BCD. Nestas assembleias, são traçadas diretrizes e tomadas decisões vinculadas às ações do BCD, como novas parcerias, captação de recursos etc. O C.A.C se constitui de um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é discutir e decidir sobre as solicitações de crédito demandadas. Além destes, os BCDs podem criar outros espaços e compor sua gestão como julgar mais adequado.

Em todos estes espaços, os agentes de crédito são membros importantes. Estão diretamente ligados ao recebimento, análise e cobrança (se necessário) das solicitações e concessões do crédito nas mais diferentes linhas. As linhas de crédito mais comuns são: a) Crédito Produtivo, direcionada à criação ou desenvolvimento de micro, pequenos e médio empreendimentos, individuais ou coletivos; b) Crédito para Consumo, destinada a empréstimo de pequena monta para consumo nos empreendimentos do território. São ainda diretamente relacionados a uma questão de urgência.

O julgamento das solicitações de crédito e sua eventual cobrança fundamentam num mecanismo social de controle entre os membros da comunidade. De modo geral, os principais critérios adotados pelos CACs no julgamento de uma demanda de crédito são: primeiro, a necessidade do solicitante; segundo, sua conduta na comunidade; e terceiro, sua capacidade de pagamento. Outros critérios como a situação dos recursos do BCD e o histórico dos pagamentos do solicitante no BCD também fazem parte do processo de tomada de decisão. Neste processo, não são considerados, tipicamente, a situação do solicitante em outros bancos ou nos sistemas comuns de proteção ao crédito (SPC ou Serasa, por exemplo). Importa ainda notar que, usualmente, muitas informações sobre o solicitante são coletadas dentre os vizinhos e familiares do solicitante as quais são levadas para o CAC pelos agentes de crédito para apoiarem as suas deliberações.

Tendo contextualizado e apresentado resumidamente o modo e a lógica de funcionamento do CAC em um BCD, apresentamos em seguida o caso real no BCD de Alagadinhos¹ pequena comunidade da costa do estado Bahia. Na situação em análise, o CAC se deparou com um dilema para julgar a solicitação de crédito do seu Francisco que, ao proteger seu filho Pedro, acabou criando o dilema que Marta, agente de crédito do BCD, tenta resolver junto ao CAC.

2. A comunidade e a história do caso

A maioria das famílias da pequena comunidade de Alagadinhos, na costa do estado da Bahia, vive da pesca de peixes e mariscos. A maior parte da renda das famílias é proveniente da venda dos pescados nos restaurantes e feiras de uma cidade maior que fica a 52 quilômetros dali. Senhor Francisco há muitos anos não sai para o mar, mas ensina com prazer o ofício aos mais jovens.

A comunidade de Alagadinhos possui baixos índices de desenvolvimento econômico e social, déficits educacionais, de saúde e de segurança pública. Segundo dados do relatório levantados por um relatório de uma ONG que atua na comunidade, a população gira em torno de mil habitantes distribuídos em aproximadamente 700 famílias. Nem todas possuem água encanada e energia elétrica (99,2% das residências estão ligadas à rede de energia elétrica, 86,7% delas têm água potável encanada). Apesar de pequena, a quantidade e o tamanho das escolas locais são insuficientes. A vila conta com apenas duas escolas públicas de ensino fundamental. Isso pode explicar o reduzido grau de escolaridade local, onde apenas 14% dos moradores possui o 2º Grau completo. Em relação ao transporte, apenas um ônibus circula três vezes ao dia em horários específicos, potencializando o problema da distância e do deslocamento dos moradores para a cidade maior. Ainda com os dados do referido relatório, o sistema de saúde é composto por apenas um posto médico de saúde da família (PSF) e um posto odontológico mantido por uma grande empresa que explora recursos minerais no entorno.

Em relação aos índices econômicos, a renda per capita dos moradores da localidade é de 167 reais sendo que apenas 15% das famílias estão ligadas as atividades de pesca e mariscagem em Alagadinhos (mesmo sendo, estas atividades, a base da economia local). As atividades comerciais são pouco desenvolvidas, o que força a população a se deslocar para as áreas vizinhas para comprar os itens da cesta básica. É neste cenário e enfrentando esses problemas que o BCD e outras organizações locais se inserem.

Um dia o senhor Francisco chegou ao banco comunitário de Alagadinhos, onde era cliente antigo, pedindo um empréstimo de 1200 reais para produção. Ele era muito querido em sua comunidade, onde vivia a mais de 40 anos, e apesar das dificuldades e poucos atrasos, sempre cumpriu seus compromissos com o banco.

Conhecendo seu Chico, como era conhecido na comunidade, Marta, uma das agentes de crédito, desconfiou que alguma coisa naquela solicitação não estava coerente. Seu Chico já estava tão velho e há alguns meses vinha reclamando com vizinhos de dores nas costas. As vezes ficava de repouso por dias, por recomendação médica. Porque fazer tal investimento e se propor a trabalhar duro neste negócio? Além disso, apesar de não sobrar, sua aposentadoria lhe permitia viver dignamente e pagar suas contas e compromissos, como ele mesmo se orgulhava em dizer: “já trabalhei muito nessa vida minha gente, eu mereço um descanso”.

Marta, habilidosamente levou seu Chico a dizer que, na verdade, o dinheiro do empréstimo era para o seu filho Pedro, que queria investir num pequeno negócio. Sua ideia era montar um sistema de armazenamento dos peixes e mariscos dos pescadores da comunidade e possibilitar a comercialização para as cidades vizinhas, maiores e com maior número de clientes. Seu Francisco, na condição de pai, ressaltou que a responsabilidade pelo pagamento era dele, não do filho, e que iria pagar o empréstimo do mesmo jeito que sempre pagou os outros. Aposentado, seu Francisco tinha boa capacidade de pagamento e uma ótima relação com os vizinhos e com o banco.

Seu filho Pedro, havia há pouco tempo tinha retornado para a comunidade. Quando completou 18 anos saiu para morar em Salvador em busca de melhores oportunidades de trabalho. Não se interessava pelo ofício do pai que muitas vezes insistiu para que ele aprendesse a pescar: “meu filho, criei você e seus irmãos com a pesca. É um trabalho difícil e digno”. Pedro decidiu voltar a morar em Alagadinhos havia menos de um ano. Ainda não havia construído ou reconstruídos as amizades.

Marta, então, pediu que o mesmo aguardasse uns dias até o que o CAC se reunisse e deliberasse sobre o assunto. Apesar de toda consideração por seu Chico e da sua garantia de pagamento das parcelas, deixou claro para ele que o crédito talvez não pudesse ser concedido. Marta, mesmo confiando em seu Chico, estranhou a sua atitude em tentar esconder quem seria o verdadeiro beneficiário do empréstimo. Diante das incertezas e dos riscos que envolviam essa solicitação, Marta ficou temerosa pois os fundos de créditos do BCD eram, como sempre escassos e deveriam ser eficientemente empregados na comunidade.

Em busca de mais informações e detalhes em meio a vizinhança e amigos do seu Chico, Marta soube que era Pedro quem vinha controlando a aposentadoria do pai desde que havia voltado para a Alagadinhos. Além disso, nos empréstimos anteriores concedidos ao seu Chico, somente 10% da sua renda ficavam comprometidos com a parcela mensal da dívida com o banco. Nessa nova solicitação, 20% da renda ficariam comprometidos. Marta sabia que a decisão deveria ser tomada coletivamente no CAC e resolveu continuar investigando junto aos moradores.

Chamou Dona Zefa, sogra de Pedro, para um café e na conversa, descobriu que Pedro já havia pedido o mesmo favor para ela, assim que havia chegado na comunidade. Dona Josefa lembra que prontamente se dirigiu ao banco e obteve o empréstimo. Marta, meio constrangida disse: “então, as parcelas que a senhora não vem conseguindo quitar no BCD, na verdade, são frutos desse empréstimo para o Pedro”? Ela disse, envergonhada: “Sim, mas minha filha me pediu para não contar para ninguém e Pedro me garantiu que iria me passar o dinheiro para pagar”. O problema é que Pedro, “nunca tinha lhe dado um centavo para pagar e ela não ia pagar coisa nenhuma”. Afinal, “quem usou o dinheiro do empréstimo foi ele e não ela”, disse aborrecida.

Marta, no dia seguinte, reuniu o CAC para uma reunião extraordinária e contou o desenrolar e os detalhes desta solicitação de seu Chico. Os membros do CAC analisaram os registros dos empréstimos e identificaram que os pagamentos do seu Chico eram “impecáveis”. Todos em dia, alguns até mesmo adiantados. Ao se voltarem para o empréstimo contraído por Dona Zefa, das quatro parcelas de dívida, apenas uma havia sido quitada.

3. Encarando o dilema: tal pai, tal filho?

A equipe do CAC estava insegura em relação à concessão do empréstimo, pois percebeu que ele estava usando seus parentes para se beneficiar dos poucos recursos que o banco tinha para emprestar para os moradores da comunidade. Afinal, muitas outras pessoas precisariam do dinheiro. O banco não poderia correr o risco de ficar sem receber mais nenhum empréstimo, pois sua carteira ativa (volume de empréstimos concedidos naquele período) representava cerca de 80% de todo o fundo de crédito. Além disso, disse um dos líderes locais que fazia parte do CAC, “nossa taxa de inadimplência e os atrasos estão aumentando nestes últimos meses”, o que compromete mais a liberação de recursos em qualquer linha de crédito.

Um outro membro do CAC comentou: “Pedro mal chegou na comunidade e já tem fama de mau pagador. Seu Nezito da mercearia andou reclamando disso. Ah, disse Marta: “Deve ser por isso ele tenha pedido aos seus parentes para solicitar os empréstimos no seu lugar. Ele sabe que vamos buscar informações na vizinhança”. De fato, Pedro imaginava que o banco não iria emprestar quando fosse averiguar a confiança depositada nele junto à vizinhança.

E a discussão, de repente, tomou outro rumo. A própria Marta, ainda confusa, comentou que se o banco emprestasse o dinheiro, Pedro poderia investir no seu negócio que, de fato, beneficiaria muitas famílias de pescadores que precisavam vender os produtos da sua pesca diariamente na cidade a 52 quilômetros. Com o sistema de armazenamento, os produtos poderiam ser entregues 02 ou 03 vezes por semana, diminuindo os custos com transporte. O sistema permitiria também que grupos de pescadores pudessem trabalhar para satisfazer pedidos maiores de restaurantes e supermercados. Era evidente que a ideia de Pedro produziria efeitos positivos na geração de renda das famílias e, conseqüentemente, em toda comunidade.

De repente, todos se calaram por segundos que pareciam eternos. Mentalmente pesavam os prós e os contras. Pedro, desta vez, estava respaldado pela honestidade e pela palavra do seu pai que garantiu honrar mais esse compromisso mesmo diante da redução da sua capacidade de pagamento. Por outro lado, a má reputação do filho na comunidade e a dívida ainda pendente em nome da sogra pesavam negativamente. Marta rompeu o silêncio questionando se alguém gostaria de fazer mais alguma ponderação sobre o caso, antes que votassem.

Neste momento, você leitor é chamado a ponderar. Analise o caso e contribua encontrando uma solução adequada para o mesmo, considerando todas as nuances do campo e do propósito das finanças solidárias, o contexto local, e as relações interpessoais e familiares que o circundam.

4. NOTAS DE ENSINO

4.1 Disciplinas e possibilidades de aplicação do caso

A nosso ver, a aplicação deste caso é mais adequada em cursos de graduação e em capacitações que envolvem intervenções territoriais, processos de incubação em economia solidária. No âmbito da graduação, disciplinas que discutem formas alternativas de modelos de gestão tais como cooperativas populares e associações comunitárias podem contemplar a discussão e análise deste caso. O caso se aplica também em disciplinas relacionadas à Tecnologias Sociais; Gestão de Empreendimentos de Economia Solidária; Gestão das Organizações da Sociedade Civil; Incubação em Economia Solidária e outras disciplinas de

Gestão Social. De modo geral, o caso é pertinente às Ciências Humanas e às Sociais Aplicadas, mas está, notadamente, relacionado a área Interdisciplinar.

4.2 Objetivos educacionais

O caso tem como objetivo educacional promover de reflexões sobre a complexidade do processo de tomada de decisões coletivas no contexto das finanças solidárias tendo em conta as influências das relações familiares. Além disso, visa apresentar as finanças solidárias como um outro agir econômico baseado nas relações de vizinhança e confiança.

4.3 Aspectos pedagógicos

Sugere-se para a análise e discussão deste caso, a indicação de leituras precedentes específicas sobre Bancos Comunitários no Brasil, para familiarização acerca desta prática de finanças solidárias originária no país. A partir daí, a organização dos debates em grupos de alunos é uma alternativa interessante, na qual os diferentes grupos podem se colocar no lugar de cada personagem e um grupo específico desempenhar o papel do CAC.

Para além das ferramentas pedagógicas usuais (seminários, rodas de debate etc.), sugere-se a utilização de um esquete (cena teatral de curtíssima duração) que tenha a reunião do CAC mencionada no Caso como recurso auxiliar. A ideia é que a representação dê aos alunos os benefícios da concretude da tensão cotidiana que os Comitês de Avaliação de Crédito enfrentam na condução de organizações coletivas baseadas em processos autogestionários.

4.4 Algumas alternativas de solução para o caso

A complexidade das variáveis apresentadas pelo caso oferece a possibilidade de que outras decisões sejam tomadas. Algumas delas podem ser:

- a) O CAC não empresta o dinheiro solicitado pelo Senhor Francisco, embasado na motivação primeira de resguardar o futuro da concessão de créditos do BCD, mantendo um volume mais seguro do fundo de crédito do banco. Todavia, medidas de reversão da “má conduta” do CAC deveriam ser executadas em paralelo a fim de evitar problemas à imagem da equipe, como a publicização dos fatores motivacionais de tal medida adotada.
- b) O CAC poderia emprestar o dinheiro ao senhor Francisco, simplesmente confiando na sua fama de bom pagador e seu histórico positivo no BCD, baseado na questão dos benefícios ampliados que o empreendimento que Pedro pretende criar geraram na comunidade.
- c) O CAC poderia se comprometer a emprestar o dinheiro condicionado ao pagamento da dívida em nome da Dona Zefa, por Pedro.
- d) O CAC poderia emprestar o dinheiro ao Senhor Francisco renegociando os valores do empréstimo e das parcelas juntamente com a dívida anterior.
- e) O CAC poderia, antes da decisão, convocar uma reunião entre Pedro, seu pai, sua sogra e discutir propostas para o empréstimo baseando-se na importância do empreendimento para a comunidade, mas mostrando ao requerente que o BCD não pode comprometer o fundo de crédito, sob pena de onerar (ou deixar de beneficiar) outros moradores.

4.4.1 Curiosidade: a decisão real do CAC para este caso

O CAC se reuniu duas vezes para refletir e decidir sobre este caso. Na primeira reunião, o CAC decidiu por não emprestar, mas isso provocou um notável descontentamento do senhor Francisco com o banco comunitário e isso começou, inclusive, a repercutir na comunidade. O CAC, então, se reuniu novamente para rediscutir o caso, e decidiu emprestar o recurso ao senhor Francisco sob a condição de que a dívida anterior fosse quitada. Mas, o senhor Francisco argumentou que as duas dívidas ele não teria condições de pagar.

Então o CAC optou por renegociar a dívida anterior, aumentando o número de parcelas e o valor das mesmas e, por hora, emprestaria apenas a diferença até que os 300 Reais da dívida anterior fossem pagos. Sendo assim, como a solicitação foi de 1200 Reais e a dívida anterior de 400 Reais (tendo sido quitada apenas a primeira parcela de 100 Reais), o empréstimo foi feito em 12 parcelas de 125 Reais ($[1200 + 300]/12$). O BCD concederia de imediato 900 Reais ($[1200 - 300]$) e, após o pagamento da 3ª parcela, seu Francisco poderia solicitar os 300 Reais restantes caso o negócio precisasse.

4.5 Sugestões de assuntos a serem trabalhados

O caso de ensino permite a discussão de uma variedade de temáticas em torno das finanças e do processo de decisão coletiva no âmbito das organizações da sociedade civil envolvendo relações familiares. A problemática da gestão de finanças familiares não é uma tarefa fácil, e torna-se ainda mais delicada quando envolve o endividamento de pessoas que emprestam seu nome para um parente tomar crédito. Não são raros os casos de inadimplência provocada por essa prática, a exemplo de Dona Josefa, sogra de Pedro.

Reflexões semelhantes podem ser discutidas observando a situação vivenciada pelo Senhor Francisco e seu filho Pedro. É comum um idoso realizar empréstimos em sistemas bancários tradicionais porque os filhos estão inadimplentes ou porque os juros dos empréstimos são menores para aposentados. Neste ponto, podem-se estabelecer relações que apontem as diferenças de lógica e de concepção entre o sistema financeiro tradicional e as finanças solidárias, assim como especificar diferenças dentro do próprio campo das microfinanças.

Ainda nesse contexto, pode-se ainda discutir com os alunos como as relações familiares e, em modo particular a relação dos pais para com os filhos pode influenciar os comportamentos financeiros da família. O presente caso de ensino contribui para a compreensão dessa problemática no contexto de um empreendimento econômico solidário ao discutir a complexidade das decisões do CAC, ao mesmo tempo em que se aplica ao processo de tomada de decisões coletivas tendo em conta as relações familiares de forma mais ampla.

A esse propósito sugere-se discutir também as relações de conjugalidade, de gênero e de poder intrafamiliares, e refletir como essas implicam no agir econômico, bem como no equilíbrio ou desequilíbrio financeiro ou relacional da família. Isso porque, no cenário apresentado, as decisões tomadas apresentam implicações em domínios diversos da vida comunitária, impactando diretamente no beneficiamento ou no prejuízo de outras famílias da comunidade.

A decisão real do CAC para este caso permite ainda discutir o processo de renegociação de dívidas de modo que as parcelas caibam no orçamento familiar; a importância da pesquisa e

da informação no processo de tomada de decisão, com ênfase nas referências e informações recolhidas junto à comunidade; e a importância da imagem organizacional perante a comunidade em que está inserida.

Em resumo, podemos dividir as discussões em dois principais grupos. Um de ordem mais geral: relações comunitárias e sua influência nas finanças solidárias e de proximidade; as relações pessoais nas estruturas de gestão coletivas; as diferenças entre microcrédito e finanças solidárias; as diferenças de concepção dentro do próprio campo das microfinanças etc. De modo mais específico: o papel dos CACs nos BCDs; o papel dos CACs enquanto espaços responsabilização da comunidade pelas decisões tomadas; os prós e contras das influências das relações familiares e mesmo comunitárias na dinâmica dos BCDs.

4.6 Questões propostas para discussão do caso

Abaixo, propomos algumas questões que podem ser trabalhadas pelo docente durante seu curso. No entanto, cumpre dizer que outras questões poderão ser formuladas a critério do docente e de outros propósitos a que o caso possa servir.

- a) Qual a questão central apresentada pelo Caso? Por que a decisão do CAC foi tão difícil?
- b) Quais os prováveis cenários diante de cada decisão passível de ser adotada pelo Comitê de Avaliação de Crédito? Quais as variáveis existentes em cada uma delas?
- c) Como evitar que as relações familiares sejam enfraquecidas quando há questões econômicas perpassando-as?
- d) Como os princípios da Gestão Social, aplicada à Economia Solidária (e vice-versa) poderia contribuir para dirimir a situação-problema sem grandes prejuízos para as partes?
- e) Como assegurar a sustentabilidade do BCD no campo das microfinanças, sem perder a essência da sua prática diferenciada? Aliás, como podemos, primeiro, compreender sustentabilidade?
- f) Os BCDs possuem mesmo o potencial para atingir a população mais pobre? Justifique e contextualize sua resposta.

4.7 Bibliografia indicada para preparação prévia, discussão e resolução do caso

a) Sobre o campo das microfinanças e o microcrédito no Brasil

AHLIN, Christian; LIN, Jocelyn; MAIO, Michael. Where does microfinance flourish? Microfinance institution performance in macroeconomic context. **Journal of Development Economics**, V. 95, 105–120, 2011.

BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, 42(6), p. 1249-67, nov./dez., 2008.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado**: Uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRAU, James C.; WOLLER, Gary M. *Microfinance: a comprehensive review of the existing literature*. **Journal of Entrepreneurial Finance and Business Ventures**, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2004.

CARVALHO, Daniela M.; ARAÚJO, Elaine A.; SALAZAR, Gérman Torres; FERREIRA, Roberto do N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2009.

HASTARSKA, Valentina M.; HOLTMANN, Martin. An overview of recent developments in the microfinance literature. *Agriculture Finance Review*, Fall 2006.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

b) Sobre finanças solidárias e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento

ABRAMOVAY, Ricardo; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v. 40, n 1, p. 19-33. jan.-fev.-mar./2005.

BANCO PALMAS. **100 perguntas mais freqüentes**. Fortaleza: Instituto Palmas, 2010.

BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L; BORGES, A. (orgs). **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JR, J. T. da. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: CATTANI, A. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de; SILVA JUNIOR, Jeová T. e RIGO, Ariádne S. Solidarity finance through community development Banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. São Paulo: **RAUSP**, v. 47, n. 3, p. 500 – 515, jul./ago./set., 2012.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 725-747, 2009.

MUÑOZ, Ruth. Finanças solidárias. In CATTANI, Antônio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Porto Alegre: Edições Almedina, 2009, p. 208-213.

SINGER, P. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, E; VENTURA, E; BOROWSKI, A. Projeto inclusão financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

ⁱ Este Caso para Ensino foi elaborado a partir de uma experiência real de um Banco Comunitário de Desenvolvimento baiano, mas os nomes da comunidade e dos envolvidos foram alterados para preservar sua identidade.